



PODER / Ordem do ministro Luís Roberto Barroso para o Senado instalar a CPI da covid deixa o presidente exposto. Para evitar mais desgaste com as investigações, ele terá de recorrer ao bloco para manter a governabilidade. Representa ceder mais espaço no primeiro escalão

Conta de Bolsonaro com Centrão só cresce

» JORGE VASCONCELLOS
» INGRID SOARES

Os projetos políticos do presidente Jair Bolsonaro sofreram um abalo com a iminente instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar a atuação do governo na pandemia da covid-19. A ordem do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), para o Senado instalar o colegiado rompeu a blindagem do mandatário, que tem aliados à frente das duas Casas do Congresso e conta com o apoio do Centrão, bloco partidário que detém postos importantes no Executivo. Com a popularidade em queda e ante o risco de desgastes com as investigações da CPI, o presidente, talvez, precise pagar uma fatura ainda maior para manter essa sustentação, com mudanças em mais ministérios e a concessão de outras contrapartidas.

Bolsonaro tem colhido os frutos da opção que fez de politizar as discussões sobre a pandemia, confrontando governadores, prefeitos e a comunidade científica. O presidente vem colecionando uma série de derrotas políticas e judiciais, por tentar sobrepor suas posições pessoais ao dever de liderar um esforço nacional para o país vencer a crise. Na sexta-feira, ao atacar e desafiar Barroso, o presidente deixou transparecer que sentiu o golpe da ordem judicial — e, de “bônus”, aumentou o fosso entre o Palácio do Planalto e o STF, além de conquistar a antipatia de vastos setores do Judiciário, como verbalizou a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) em nota.

A decisão do ministro foi tomada no momento em que o presidente esperava colher os frutos da recente reforma em seis ministérios. Entre outras mudanças, ela levou o Centrão a despachar nos gabinetes vizinhos ao seu, com a nomeação da deputada Flávia Arruda (PL-DF) como chefe da Secretaria de Governo.

Mesmo após a posse da ministra, porém, a avaliação dentro do Centrão, conforme parlamentares ouvidos pelo **Correio**, é de que,

Redução YouTube



Na casa de imigrantes venezuelanos, no DF, Bolsonaro se disse indignado com a decisão do STF que impede a abertura de templos devido à pandemia

com o enfraquecimento político do governo e o aprofundamento da crise, o presidente terá que fazer mais concessões se quiser manter o apoio no Congresso e formar alianças para disputar a reeleição em 2022. Agora, com o fantasma da CPI batendo à porta, essa barganha deverá ser ainda mais dura.

Na última sexta-feira, um dia depois da ordem de Barroso para o Senado instalar a comissão de inquérito, o Centrão já deu demonstrações de que pode ajudar Bolsonaro em mais um momento difícil. O senador Ciro Nogueira (PI), presidente do Progressistas, passou a fazer pressões para que a investigação parlamentar não se atenha só à atuação federal na pandemia, mas também alcance governadores e prefeitos. É o mesmo discurso de Bolsonaro, que defende que a CPI investigue gestores locais suspeitos de desviar recursos da saúde.

Além da CPI, um outro componente que deve dar mais cunho político ao Centrão — um bloco formado por legendas como Progressistas, PL, PSD,

PTB, PROS, PSC, Avante e Patriota — é o assédio de virtuais adversários de Bolsonaro na corrida presidencial do ano que vem. O PSD do ex-ministro Gilberto Kassab, por exemplo, é um dos alvos preferenciais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Lista de desejos

Tendo o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), como um de seus principais líderes, o Centrão mira posições de peso na administração federal. Estão no alvo, por exemplo, os comandos dos ministérios do Turismo, de Minas e Energia, da Educação e possíveis desmembramentos nas superpastas da Economia e da Infraestrutura, chefiadas, respectivamente, por Paulo Guedes e Tarcísio de Freitas. Há também uma articulação do bloco pela criação do Ministério da Integração Nacional.

Para o cientista político Ro-

drigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o apetite do Centrão aumenta a cada dia com Bolsonaro acuado e em seu pior momento. “O Centrão começou a cobrar a demissão do Ernesto (Araújo, ex-chanceler) e ele foi demitido. Conseguiu colocar uma deputada de primeiro mandato para despachar seus interesses. Com a possibilidade de uma CPI, o preço político do Centrão fica maior. Quanto mais ganha, mais quer”, observa.

Prando explica que a CPI da covid é um grande revés para o governo, pois enfraquece e coloca Bolsonaro nas cordas. “Vai convocar ex-ministros da pasta, médicos renomados, especialistas, governadores. Uma CPI bem conduzida traz problemas, porém, quem tem a caneta na mão, recursos, cargos, pode conseguir diminuir a intensidade e anular alguma ação política. O governo está fragilizado, no pior momento e, ainda assim, não aprende com os erros”, explicou.

Pouco mais de dois anos depois de assumir a Presidência da República com a promessa de acabar com a velha política, Bolsonaro depende cada vez mais do “toma lá dá cá” para garantir a sobrevivência do seu governo e conseguir um segundo mandato. Um dos interlocutores frequentes do presidente, o deputado Bibó Nunes (PSL-RS), considera que não houve um abandono das promessas de campanha. Embora o chefe do governo tenha sido deputado federal por 28 anos, Nunes disse que o aliado não tinha conhecimento da realidade política.

“O presidente Bolsonaro, quando chegou ao poder, viu como é a realidade. E, aí, teve que se adaptar para ter governabilidade. Se é um aliado, tem que participar do governo, o que é natural. O presidente tinha uma ideia, chegou lá, viu que não era tão fácil assim e tocou a realidade ao seu estilo, bem diferente do antigo ‘toma lá dá cá’. O que eu acho normal”, diz.

Novo ataque ao Supremo

Ainda irritado com a decisão do ministro Luís Roberto Barroso de determinar a instalação, pelo Senado, da CPI da Covid, o presidente Jair Bolsonaro voltou a criticar, ontem, o Supremo Tribunal Federal. Ele atacou a decisão da Corte de determinar o fechamento de templos religiosos em todo o país, em razão da pandemia de covid-19. Para ele, é o “absurdo dos absurdos”.

“Lamento os superpoderes que o Supremo Tribunal Federal deu a governadores e prefeitos para fechar, inclusive, salas, igrejas, de cultos religiosos. É um absurdo dos absurdos. É o artigo quinto da Constituição. Não vale o artigo quinto da Constituição, não está valendo mais. Está valendo o decreto do governador lá na frente”, reclamou, durante a visita à casa de imigrantes venezuelanos moradores de São Sebastião, no Distrito Federal.

Bolsonaro voltou a insistir que o Exército — que novamente classificou como “meu Exército” — não atuará para assegurar lockdowns, caso sejam decretados em estados e municípios. “Eu tenho o poder de, numa canetada, fazer um lockdown no Brasil todo, mas isso não será feito. O nosso Exército não vai para a rua para obrigar o povo a ficar em casa. Quem está fazendo isso tudo são governadores e alguns prefeitos. Eu acho que chegou no limite, essa política não está dando certo”.

E acrescentou: “Nosso Exército nunca irá à rua para forçar você a ficar em casa. Nunca. O nosso Exército (não) fará qualquer coisa contra a liberdade individual de vocês. E vocês sabem que, em todos os momentos que vocês precisaram das Forças Armadas do Brasil, elas estiveram do seu lado e não ao lado de possíveis governantes com viés ditatorial”, disse. (IS)



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Demolições bolsonaristas

Le Marais, em Paris, bairro que abrigou a antiga nobreza francesa, é um reduto das comunidades gay e judaica. Uma de suas atrações é a Chapelle de l’Humanité, construída em 1903, por iniciativa do Apostolado Positivista do Brasil. Fica na rue Payenne, nº 5, local onde morou Clotilde de Vaux, a escritora que inspirou Augusto de Comte, um dos pais da sociologia e criador do positivismo. Decorado pelos brasileiros Décio Villares e Eduardo de Sá e tombado pelo Patrimônio francês, é o único templo positivista remanescente na Europa.

A capela é quase uma réplica do Templo da Humanidade da Igreja Positivista do Brasil, na rua Benjamin Constant, nº 74, na Glória, no Rio de Janeiro, cujo teto cheio de infiltrações desabou durante um temporal, em 2009. O positivismo chegou ao Brasil por intermédio de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Em 1877, expulsos da Escola Polité-

cnica de São Paulo, viajaram para Paris, onde frequentaram círculos positivistas.

A Igreja Positivista brasileira foi fundada no dia 11 de maio de 1881 e seu lema inspirou as inscrições da bandeira nacional: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. Seus membros eram figuras ativas na vida política nacional, o que fez com que o positivismo fosse a ideologia dominante do movimento republicano. Benjamin Constant, engenheiro militar e professor da Escola Militar da Praia Vermelha, influenciou fortemente os militares que proclamaram a República, da qual foi ministro da Guerra.

Entretanto, a Constituição de 1881 adotou as teses dos federalistas americanos John Jay, Alexander Hamilton e James Madison: federação, presidencialismo, separação dos Poderes, eleição direta, o bicameralismo, direitos e garantias individuais, como o habeas corpus. No dia seguinte ao da sua pro-

mulgação, porém, em vez do republicanismo paulista Prudente de Moraes (PRP), foi eleito presidente o marechal alagoano Deodoro da Fonseca. Júlio de Castilhos, líder positivista gaúcho, apoiou a eleição de Deodoro, mas quatro deputados de seu partido, o PRR, votaram em Prudente de Moraes: Assis Brasil, Manuel da Rocha Osório, Alcides Lima e Vitorino Monteiro.

Teologia e Metafísica

No Rio Grande do Sul, uma comissão formada por Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos elaborava o projeto da Constituição estadual. Castilhos impôs sua liderança. Aprovou um texto no qual a autoridade legal do presidente do estado equivalia à de um ditador, sendo eleito para o cargo em 14 de julho de 1891. O vice-presidente Floriano Peixoto, também alagoano, em 21 de novembro daquele ano, assumiria a Presidência e passaria a governar em permanente “estado de sítio”, como se fosse um ditador. Nasciam o castilhismo e o florianismo, que se fundiriam ao tenentismo na Revolução de 1930 e, mais tarde, dariam

“Bolsonaro sofre influências do positivismo castilhista, entre as quais a tese de que o presidente deve ter a autoridade de um ditador. Essa é a origem dos conflitos”

origem ao Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas.

Em nenhum outro lugar do mundo, nem mesmo na França, as ideias positivistas foram tão longevas como no Brasil. Até hoje, o positivismo é a marca registrada da política brasileira e nossas instituições. Por exemplo, influenciou Maurício de Lacerda e Oliveira Viana. Ambos apoiaram a Revolução de 1930, mas tomaram caminhos opostos. O primeiro tornou-se líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e, depois, fundaria a União Democrática Nacional (UDN). O segundo seria um adversário feroz do liberalismo e grande ideólogo do Estado

Novo, em 1937, e fez a cabeça dos generais que deram o golpe militar de 1964.

Bolsonaro sofre muitas influências dessa vertente autoritária do positivismo, entre as quais a tese de que o presidente deve ter a autoridade de um ditador. Essa é a origem dos conflitos institucionais que vivemos. Mas há uma diferença: Bolsonaro não acredita nas ciências, gravita entre os estados “teológico” e “metafísico”. O positivismo é a fé que está nas grandes ciências, principalmente a Biologia e a Sociologia, que ignora. E tem mais: as crises que provoca desorganizam a institucionalidade construída pela elite política conservadora do país, não pela esquerda quando esteve no poder.